

Anais do XI Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro

**Organização: Fórum Fluminense de
Comitês de Bacias Hidrográficas - RJ**

© 2024

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)
Adm. Gustavo de Oliveira Amaral

Reitor

Prof. Dr. Marco Antônio Soares de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cardoso

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras

Profa. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Editora Executiva Produções Técnicas da Universidade de Vassouras

Profa. Dra. Paloma Martins Mendonça

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/issue/view/327>

An131 **Anais do XI Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas [ECOB/RJ] /Organizadores: Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. – Vassouras, RJ: Editora Universidade de Vassouras, 2024.**

288 p.

E-book:

ISBN: 978-65-87918-99-0

1. Recursos hídricos. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. II. Universidade de Vassouras. III. Título.

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica On-line – Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras.

O PODER DAS JUVENTUDES NA GESTÃO DAS ÁGUAS: O FÓRUM ÁGUA E JUVENTUDE DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA MACAÉ-OSTRAS

Virgínia Villas Boas Sá Rego¹; Thayná Fernandes Ribeiro Toledo²; Alice Sá Rego de Azevedo³

¹CBH Macaé Ostras, e-mail:visarego@yahoo.com.br;

²CBH Macaé Ostras, e-mail:thaay.fernaandes@gmail.com;

³Consórcio Intermunicipal Lagos São João, e-mail: alicazevedo.cilsj@gmail.com

RESUMO

Os grupos juvenis existentes na atual sociedade globalizada são diversos, daí ser mais adequado falar em juventudes no plural. Os jovens são uma grande parte da população brasileira e mundial, mas encontram dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e às posições de maior poder institucional, num mundo dominado pelas gerações anteriores e, principalmente, pelos detentores do poder econômico. A participação das juventudes na sociedade encontra obstáculos, apesar de serem os setores que sofrerão os impactos das mudanças climáticas, da escassez hídrica e responsáveis pela efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. As Políticas Nacional e do Estado do Rio de Janeiro de gerenciamento dos recursos hídricos estabeleceram os princípios da gestão descentralizada, integrada e participativa, por meio dos comitês de bacia hidrográfica. Esse trabalho tem como objetivo apresentar o relato do Fórum Água e Juventude (FAJ), ação de Educação Ambiental crítica desenvolvida, desde 2015, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras, por iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização do Comitê, apoiado pela equipe da entidade delegatária e financiado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Reunindo jovens da região, o FAJ objetiva fornecer ferramentas para participação social das juventudes na gestão das águas, por meio de metodologias ativas, visitas técnicas, apresentações artísticas e uso de diferentes linguagens, promovendo seu engajamento, empoderamento e o fortalecimento da cidadania ativa. Muitos jovens estiveram presentes aos encontros, com impactos positivos sobre a sua formação e qualificação política. O protagonismo juvenil precisa ocorrer na sociedade como um todo e os Comitês de Bacias Hidrográficas devem realizar ações de capacitação, como o FAJ, para que a relação simbiótica entre as gerações promova a inclusão e a diversidade de ideias, democratizando a gestão dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Jovens; Educação Ambiental; cidadania; recursos hídricos; participação social.

INTRODUÇÃO

Na complexa sociedade atual globalizada, os múltiplos grupos juvenis vivenciam diversas situações existenciais particulares e específicas; portadores de diferentes culturas, interesses e inserções na sociedade (nível social e econômico; características étnicas e raciais; gênero; religião; meio urbano/rural etc), caracterizam-se pela diversidade. Assim, é mais adequado falar em juventudes, no plural, do que em juventude. Para a Organização Mundial de Saúde é considerada jovem uma pessoa entre 15 a 24 anos; cerca de uma em cada seis pessoas dos 8 bilhões de habitantes presentes no mundo, hoje, tem entre 15 e 24 anos e está principalmente nos países em desenvolvimento (UNFPA, 2023).

No Brasil, o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) definiu como jovem a população entre 15 a 29 anos; dos aproximadamente 203 milhões de habitantes brasileiros, 48,85 milhões são jovens, quase 25% da população. No entanto, os jovens enfrentam grandes dificuldades de acesso ao mercado de

trabalho e às posições de maior poder institucional, num mundo dominado pelas gerações anteriores e, principalmente, pelos detentores do poder econômico. Em 2022, 10,9 milhões não estudavam nem estavam ocupados; 22,3% deste grupo etário (IBGE, 2023).

Apesar de quase metade da população mundial apresentar menos de 30 anos, os líderes políticos têm idade média de 62 anos; em alguns países, a idade mínima para concorrer aos cargos públicos é de 40 anos. (BARÃO; LEAL, 2023). Dessa maneira, a participação plena dos jovens na sociedade encontra muitos obstáculos, sobretudo aqueles pertencentes às classes populares, que enfrentam dificuldades tais como o baixo nível de instrução, a pobreza, o desemprego, as más condições de existência decorrentes da falta de saneamento básico e de habitações precárias em locais inadequados etc. As questões relacionadas às mudanças climáticas e à crise ambiental global, com destaque para a segurança hídrica, estão intrinsecamente ligadas às juventudes, que sofrerão os seus efeitos de forma mais drástica. 60% da população brasileira vive nas áreas costeiras e será afetada pelo aumento da poluição nas cidades, pela insegurança alimentar e pelos eventos climáticos extremos.

Esta geração é fundamental para a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) presentes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); especialmente o ODS 6 – “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”. Dessa forma, precisa construir conhecimentos e saber usar as ferramentas fundamentais como cidadãos portadores de direitos e deveres perante a coletividade da qual fazem parte; sua formação e capacitação são essenciais para a construção de sociedades justas e sustentáveis.

A sociedade brasileira como um todo é marcada por uma frágil participação política e baixo nível de organização em termos políticos e institucionais formais. Geralmente considera-se os jovens como apáticos e desinteressados; mas essa aparente apatia e alienação e o seu afastamento das formas tradicionais de participação (partidos, grêmios, sindicatos etc.) também podem ser vistos como uma forma de questionamento a uma perspectiva tradicional de se fazer política (SANTIAGO *et al*, 2016, p.74) relativa à democracia representativa, questionada nacional e mundialmente.

Dessa maneira, é preciso refletir sobre o sentido da participação juvenil no atual contexto sociopolítico de construção de formas de democracia participativa na área da gestão dos recursos hídricos e garantir seu empoderamento enquanto cidadãos. É importante ressaltar que a implantação do gerenciamento democrático, descentralizado e participativo dos recursos hídricos no Brasil pela Política Nacional (BRASIL, 1997) dos Recursos Hídricos e pela do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ, 1999), de acordo com os princípios da Constituição Federal de 1988, é um processo relativamente recente e em construção. Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) foram instituídos para realizar a gestão das águas no território sob sua responsabilidade, por meio da participação dos representantes dos usuários da água, do Poder Público e da sociedade civil.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar o Fórum Água e Juventude (FAJ), ação de Educação Ambiental crítica desenvolvida anualmente, desde 2015, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras (CBHMO), responsável pela gestão da Região Hidrográfica (RH) VIII do estado do Rio de Janeiro. O FAJ é uma iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização (CTEACOM) do CBHMO, com o apoio da equipe da entidade delegatária, o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), financiado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O FAJ objetiva fornecer ferramentas para a participação social das juventudes na gestão dos recursos hídricos, promovendo o engajamento, o empoderamento e o fortalecimento da cidadania ativa na região e no Brasil. Ao longo desses oito anos muitos jovens estiveram presentes aos encontros, com impactos positivos sobre a sua formação e qualificação política.

METODOLOGIA

O relato baseia-se numa abordagem descritivo analítica de uma experiência em curso; adota uma perspectiva holística, socio-histórica e processual da realidade, vista em sua complexidade. As informações foram obtidas por meio da técnica da observação participante realizada pelas autoras, membros da Plenária do CBH Macaé e coordenadoras da CTEACOM nas reuniões e no FAJ do CBHMO, além dos Encontros Estaduais (RJ) e Nacionais de Comitês de Bacia Hidrográfica. Foi realizada análise de textos legais, de resoluções e atas de reuniões do CBHMO e das cartas da juventude dos encontros do FAJ do CBHMO. A pesquisa em sites nacionais e internacionais buscou identificar outras ações e projetos voltados para a juventude, especialmente aqueles existentes na área do gerenciamento dos recursos hídricos. A atual coordenação da CTEACOM baseia-se numa experiência intergeracional; as coordenadoras pertencem a duas gerações, uma jovem e a outra idosa, e esse texto reflete o diálogo e a troca de experiências entre elas. A necessidade de ouvir as juventudes urge em meio a atual conjuntura das políticas públicas do Brasil, seja como condutores e até mesmo protagonistas de suas relações com o território. A aliança intergeracional é capaz de surtir efeitos de grande magnitude para toda a comunidade, nutrindo um espaço de trocas de ideias, baseado no respeito e sem discriminação.

POLÍTICAS PARA AS JUVENTUDES BRASILEIRAS E O FÓRUM ÁGUA E JUVENTUDE DO CBH MACAÉ OSTRAS

No contexto de redemocratização do Brasil, após o período ditatorial dos anos 1960/70, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a “constituição cidadã”, instaurou os princípios da gestão pública democrática, descentralizada e participativa, incorporando as demandas de participação dos grupos e movimentos sociais, e possibilitou maior inserção de cidadãos e de sujeitos sociais coletivos nas políticas públicas, por meio de redes, fóruns, conselhos e conferências. Iniciou-se a construção de uma cultura política participativa, com novos valores e comportamentos. Concomitantemente, aumentou a necessidade da existência de cidadãos mais participativos na proposição, controle e fiscalização das políticas públicas. A partir dos anos 1990, os jovens e suas demandas ganharam maior visibilidade na agenda política, com a criação de algumas políticas públicas desarticuladas e descontínuas; geralmente desenvolvidas por Organizações Não Governamentais (ONGs) e baseadas na transferência de recursos do setor público para entidades privadas, já no contexto do neoliberalismo. Elas foram provocadas pelas ações da juventude por meio de suas organizações e pelas situações de violência que atingiam os grupos juvenis, como vítimas ou protagonistas, e também pela preocupação da ONU, que definiu 1985 como o Ano Internacional da Juventude.

Nesse contexto de convergências de iniciativas no âmbito nacional, local e internacional (SANTIAIGO et al, 2016, p.9), em 2005, foi instituída a Política Nacional da Juventude e criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), com o objetivo de articular e supervisionar iniciativas voltadas para os jovens. Estabeleceu-se, também, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e o Conselho Nacional da Juventude, de caráter consultivo, para estimular estudos e formular diretrizes nas políticas públicas voltadas para a juventude. Além disso, foram instituídos espaços de participação, como os conselhos e as conferências da juventude, que, junto com as várias ações e processos de organização da participação juvenil na sociedade civil, estimularam o desenvolvimento de um protagonismo jovem reivindicativo de seus espaços de participação e dos direitos à cidadania.

Em 2013, foi criado o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) para fortalecer as políticas de juventude e ampliar sua participação nos processos decisórios, garantindo seus direitos universais, geracionais e singulares, bem como estimular e fortalecer movimentos, redes e outros coletivos de juventude. O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (BRASIL/MMA, 2015), em 2015, visou a promoção e a integração das políticas públicas ambientais relativas aos direitos da juventude à sustentabilidade

e ao meio ambiente equilibrado e sadio, já garantidos no Estatuto da Juventude. Nos últimos anos, o debate político e social sobre a responsabilidade do Estado em relação aos jovens intensificou-se, ainda devido às situações de violência por eles vivenciadas.

Muitas ações e projetos desenvolvidos são profissionalizantes ou desportivos, geralmente destinados aos jovens das classes populares, e não buscam estimular o protagonismo juvenil, nem seu pensamento crítico e autônomo, inviabilizando as demandas sociais e populares recorrentes. Mas, por iniciativas das juventudes, na prática, uma participação juvenil mais difusa e fragmentada foi se configurando, sem estar aliada aos grandes referenciais ideológicos do século XX; surgiram novos formatos organizacionais, descentralizados, nos quais a cultura emerge como principal elemento motivador e aglutinador (SANTIAGO *et al*, 2016, p.27), incorporando outras vozes, perspectivas e padrões estéticos.

Podem ser citadas experiências e ações, nacionais e internacionais (REGO, 2017), que podem trazer o risco de falar “em nome dos jovens” em vez de torná-los protagonistas do processo, tais como: os Parlaentos Mundial, Latino americano e Nacional da Juventude pela Água (FALCÃO *et. al*, 2020); o I Encontro de Juventudes do Capibaribe, realizado em 2018, e o Fórum da Juventude em Comitê de Bacia-Sistema Lagunar de Jacarepaguá (CBH da Baía da Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá), de 2014. Na RH VIII cabe ressaltar a criação da Coordenadoria de Políticas para a Juventude (MACAÉ, 2015) e a implantação do Conselho Municipal de Políticas para a Juventude de Macaé, que realizou a Conferência Municipal de Juventudes, em 2023, para debater os direitos ao território, à mobilidade, à sustentabilidade e ao meio ambiente. Na Conferência foram propostos a revitalização da bacia hidrográfica do rio Macaé, o combate ao racismo ambiental, a ampliação do programa Ambiente Jovem do governo estadual e a criação de um programa de Educação Ambiental para as áreas periféricas e vulneráveis.

Nos Encontros Nacionais (ENCOB) e estaduais (ECOB) de CBH também ocorrem espaços para as juventudes colaborarem na construção da política pública de recursos hídricos e se capacitarem para atuar no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), porém muitas vezes os jovens são menosprezados na programação e falta escuta ativa para suas colocações. Inclusive, durante o ENCOB de 2023 não houve a mobilização e participação dos jovens para construção da oficina de Água e Juventude originalmente prevista.

O FAJ do CBHMO procura atrair jovens de toda a região, durante um dia, fornecendo transporte e alimentação para 50 a 100 participantes. Enquanto o FAJ de 2020 e o de 2021, realizados de forma online, reuniram principalmente jovens universitários, os demais contaram com jovens do Ensino Médio e do 9º ano do Ensino Fundamental, pois a mobilização junto aos colégios da rede pública da RH VIII é relativamente mais fácil do que junto aos cursos de Ensino Superior. A CTEACOM busca estimular o protagonismo e a voz das juventudes da RH VIII, inclusive, na organização dos eventos. A CT, apoiada pela equipe do CILSJ, desenvolveu uma metodologia para o FAJ, baseada em apresentações técnicas informativas, atividades culturais, visitas técnicas, debates em grupos e a elaboração da carta da juventude com a síntese dos debates. Atuando no campo das experiências formativas promovidas pelo CBHMO, são usadas múltiplas linguagens e as novas tecnologias digitais com o intuito de fornecer informações para melhor conhecimento dos processos sócio-políticos e ambientais. Busca-se estimular canais de mobilização e de comunicação para possibilitar o controle social, ampliar e fortalecer as representações envolvidas. Os encontros do FAJ são espaços de diálogo e de aprendizagem das práticas participativas; lugares de debate e negociação para propiciar escolhas e tomada de decisões visando o bem comum.

Em abril de 2015, no campus Macaé do Instituto Federal Fluminense (IFF), foi promovido o I Fórum da Juventude do CBH Macaé, com jovens das várias localidades da RH VIII. Ocorreram apresenta-

ções e debates em grupos sobre a escassez hídrica e o conceito de segurança hídrica; as conclusões foram sistematizadas numa carta, registrando a preocupação com o futuro e as propostas de ação dos jovens, como o uso das tecnologias digitais para favorecer sua mobilização e participação na gestão dos recursos hídricos, com a criação de uma página da Juventude de Recursos Hídricos da RH VIII no *Facebook*. Outra proposta foi a realização de atividades práticas de Educação Ambiental, além de atividades artísticas e culturais. Um exemplo foi o mutirão Trilhas e Rios, realizado em 2015, em Lumiar, Nova Friburgo, por jovens participantes do I Fórum, que contou com a realização de diversas oficinas, além da plantação de mudas de árvores e de ação de coleta de resíduos sólidos no rio Macaé.

O tema do II Fórum, realizado no IFF –Macaé, foi o “Enquadramento dos corpos hídricos”; foram apresentados o conceito de enquadramento e a proposta de enquadramento presente no Plano de Recursos Hídricos (PRH) da RH VIII. Houve uma dinâmica em grupos de simulação de uma reunião do Comitê, em que os jovens assumiram diferentes papéis, como representantes do Poder Público, dos usuários e da sociedade civil, com o objetivo de debater e validar a proposta de enquadramento presente no Plano. Essa ação do CBHMO para construção participativa do enquadramento teve continuidade com a realização de encontros com outros setores, como a sociedade civil, o poder público e os usuários das águas.

O III encontro chamou-se Fórum Água e Juventude do CBHMO (FAJ) e também ocorreu no IFF-Macaé, em 2017. Seu tema foi a universalização do acesso à água, fundamental para os municípios costeiros da RH VIII, mais populosos e afetados por abastecimento precário e irregular. Reivindicando a universalização desse serviço, ao término do evento, os jovens presentes decidiram que os próximos encontros percorreriam toda a extensão da bacia hidrográfica, sendo o próximo no alto curso do Rio Macaé, em Lumiar, Nova Friburgo.

No IV FAJ, em Lumiar, em 2018, debateu-se o uso recreativo dos recursos hídricos na RH VIII, diante da falta de saneamento básico e o fechamento e início de cobrança para acesso a diversos poços e cachoeiras tradicionalmente usados pela coletividade. Outro problema debatido foi o projeto de construção de pequena central hidrelétrica, com sérios impactos sobre o rio Macaé e o turismo na região. Foram realizadas visitas técnicas a diferentes locais dos rios de Lumiar, como atrativos naturais e pontos de lançamento de esgotos.

O V FAJ também ocorreu em Lumiar, em 2019, no “Dia Mundial Contra as Mudanças Climáticas”; seu tema foi a gestão participativa dos recursos hídricos no contexto de mudanças climáticas e de desmonte das políticas públicas ambientais no Brasil. Mais uma vez foi abordada a questão do uso recreativo dos recursos hídricos na RH VIII e foi realizada uma passeata com cartazes elaborados pelos jovens contra as mudanças climáticas e a privatização dos rios e cachoeiras (Figura 1A).

Figura 1. (A) Participantes do V FAJ na ponte sobre o rio Boa Esperança, em Lumiar, Nova Friburgo, RJ. (B) Participantes do VIII FAJ, no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, em Macaé.



Realizado por videoconferência, em 2020, o VI FAJ debateu a temática Saneamento Básico, Pandemia e Privatização da Água, destacando a atual precariedade do serviço de saneamento básico na RH VIII e a ameaça do aumento das desigualdades dos serviços básicos de saneamento, com a privatização dos mesmos. Evidenciou a enorme necessidade do saneamento básico no contexto da pandemia e denunciou a injustiça ambiental presente na região, no Brasil e no mundo.

Também realizado por videoconferência em 2021, o VII FAJ debateu os “Impactos do desmonte das políticas ambientais na RH-VIII e a importância da mobilização da juventude frente a esses impactos”. Destacou-se a baixa implementação da política ambiental brasileira e sua flexibilização nos últimos anos; a necessidade de universalização do saneamento básico, além da pouca fiscalização ambiental existente no país e na RH VIII. Também foram abordados a baixa representação da juventude nos espaços participativos de gestão ambiental; o fraco conhecimento dos jovens sobre as políticas ambientais e seu papel na gestão dos recursos hídricos, reforçando a necessidade de uma educação ambiental crítica nas escolas e na sociedade em geral.

Em 2023, o VIII FAJ ocorreu no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, em Macaé, com o tema “A participação da juventude na reconstrução das políticas públicas de recursos hídricos na RH VIII: O CBH e o saneamento básico” (Figura 1B). Os jovens da RH VIII tiveram a oportunidade de conhecer a sede do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, situada no bairro do Lagomar, com alta densidade populacional e ausência dos serviços de saneamento básico. Mais uma vez foram identificados problemas quanto à falta de abastecimento de água em muitas localidades; ao lançamento de esgoto *in natura* nos corpos hídricos; aos alagamentos e à precariedade da coleta de resíduos sólidos, principalmente nas comunidades de baixa renda, configurando a enorme injustiça ambiental existente. Os jovens do alto curso da RHVIII, além de conhecer uma das regiões periféricas mais impactadas da área costeira, ficaram frustrados por não poder tomar banho na Lagoa de Jurubatiba, devido à poluição da mesma. Decidiu-se que o FAJ de 2024 deve abordar os impactos socioambientais das mudanças climáticas nos recursos hídricos, considerando os efeitos da injustiça ambiental atrelados à importância da participação popular, com destaque para os jovens, como forma de conter esses impactos.

De uma maneira geral, as cartas da juventude elaboradas ao final dos encontros propuseram como caminhos para ampliar a participação e a inclusão das juventudes brasileira nos espaços de controle

social: ações de Educação Ambiental crítica; encontros preparatórios para o FAJ; o uso das redes sociais para sensibilizar e mobilizar os jovens e a população em geral sobre a necessidade de universalização do saneamento básico; a promoção de eventos artísticos; a inclusão das classes populares na gestão das águas; a implementação do Plano de Recursos Hídricos da RH VIII; a democratização do acesso aos atrativos naturais; maior fiscalização ambiental; participação da juventude e dos povos originários nos debates acerca dos impactos das mudanças climáticas e na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento; incentivo a projetos de coleta seletiva de resíduos sólidos e de compostagem de resíduos orgânicos; maior divulgação dos projetos e da importância do trabalho do CBHMO; maior divulgação das informações por parte do Poder Público e rotatividade dos locais de realização do evento. Ao longo dos vinte anos do CBHMO, os jovens que participaram da Plenária tiveram a oportunidade de passar por um processo formativo, representando suas instituições como titulares ou suplentes, e se capacitaram em relação ao SINGREH. Isso é fundamental para garantir a representatividade de diversos grupos da sociedade e para capacitar a próxima geração de líderes, garantindo a conservação dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder está na mobilização e na participação. Investir em educação, saúde, cultura e na melhoria das condições de vida; fortalecer organizações e iniciativas e lideradas por jovens são ações fundamentais para promover o empoderamento das juventudes em geral e na gestão dos recursos hídricos. Ações de Educação Ambiental crítica são fundamentais para a transformação individual e coletiva e desenvolver nos atores locais a noção de pertencimento para que se sintam integrantes do meio ambiente e possam compreender os desafios de sua região, as políticas vigentes e os processos de tomada de decisão. Diante do atual contexto nacional e mundial de descrédito nas formas tradicionais de democracia representativa e da descrença em relação à prática política como exercício de construção do bem comum, o fortalecimento da cidadania e da participação ativa, crítica e consciente das juventudes, como propõe o FAJ do CBHMO, torna-se fundamental, se contrapondo ao avanço de forças antidemocráticas e sem responsabilidade socioambiental. O protagonismo juvenil precisa ocorrer na sociedade como um todo e os Comitês de Bacias Hidrográficas devem realizar ações de formação, como o Fórum Água e Juventude, para que a relação simbiótica entre as gerações promova a inclusão e a diversidade de ideias, democratizando a gestão dos recursos hídricos.

Referências Bibliográficas

ALERJ. **Lei Nº3239/1999. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; Cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.** Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/43fd110fc03foe6c032567c30072625b>. Acesso em: 10/03/2024.

BARÃO, M. RESEGUE, M., LEAL, R. (COORD.) **Atlas das Juventudes.** Conselho Nacional da Juventude; Em Movimento, Fundação Roberto Marinho, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, UNESCO e Visão Mundial, 2023. Disponível em: <https://atlasdasjuventude.com.br>. Acesso em: 10/03/2024

BRASIL/MMA. **Plano Nacional de Juventude e meio ambiente 2015.** Disponível em http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/juventude/publicacao_ver-sao3.pdf. Acesso em: 10/03/2023.

BRASIL. **Lei 9433/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.** Disponível em: <https://www.camara.leg>.

br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=470365. Acesso em 10/03/2024.

BRASIL. **Lei 12.852/2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.** Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 10/03/2024.

FALCÃO, S. M. P.; MOURA, M. R. F. M., HOLANDA, R. M. O engajamento de juventudes na gestão das águas: desafios e perspectivas na bacia hidrográfica do rio Capibaribe. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental.** Rio Grande (RS): Universidade Federal do Rio Grande (RS), v. 37, n. 3, p. 50-68, mai./ago. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2023.

MACAÉ. **Lei 4117/2015. Institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas para a Juventude no município de Macaé e dá outras providências.** Disponível em: https://transparencia.cmmacaerj.gov.br/arquivos/2741/LEI%20ORDINARIA_4117_2015_0000001.pdf. Acesso em: 11/03/2024.

SANTIAGO, I.M.F.L.; NASCIMENTO, J.B.; MOREIRA, O.L. **Gênero, Participação Política e Novas Sociabilidades da Juventude.** Campina Grande, PB: eduepb, 2016.

UNFPA. **Situação da população mundial 2023.** UNFPA, 2023. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2023-8-bilhoes-de-vidas-infinitas-possibilidades>. Acesso em: 10/03/2024.

REGO, V.V.B.S. Construindo o futuro: juventude e cidadania na gestão das águas. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego.** Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia, v.10, 2016.

